

Dependência permitida

Simpósio de Neurociências da UFMG reúne pesquisadores para debater implicações das drogas na sociedade. Uma delas, o álcool é aceito socialmente mas gera graves danos ao cérebro

Sérgio Rodrigo Reis

Publicação: 13/09/2013 04:00



O uso e abuso de drogas é um assunto polêmico, por vezes tratado como um tabu em nossa sociedade e com diversas implicações tanto na vida do usuário quanto da comunidade em torno do dependente químico. Cerca de 1,5 mil pesquisadores de diversas partes do Brasil se reúnem em Belo Horizonte até amanhã, durante o 7º Simpósio Internacional de Neurociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para difundir as pesquisas mais atuais de prevenção e tratamento. Do chá do santo-daime (ayahuasca), passando por drogas como o crack e a maconha, as discussões abriram espaço para drogas socialmente aceitas, como o álcool. “O tema central é a dependência química. O enfoque é terapêutico, a pesquisa básica, clínica e prevenção”, explica Ângela Ribeiro, coordenadora do evento, que debate também a síndrome do pânico e outros temas.

Enquanto o tabaco, nos últimos anos, teve as propagandas proibidas no Brasil, saiu da mídia, passou por impedimentos legais e o consumo foi reduzido, a bebida vive situação inversa. Associada ao bem-estar, ao esporte e à alegria, tem sido assunto no horário nobre na televisão e demais meios de comunicação com ações agressivas de marketing. “Pode tudo”, alerta o psiquiatra mineiro e especialista em dependência química Valdir Campos, um dos convidados do simpósio. Ele é autor do livro *Álcool e direção - Beber e dirigir em Minas Gerais - Diretrizes para uma política pública*. A publicação apresenta um levantamento inédito desenvolvido entre 2005 e 2009 sobre os efeitos devastadores da mistura da bebida com o volante. Ao ser ingerido, o álcool é absorvido pelo trato gastrointestinal entre 30 e 90 minutos e atinge a concentração máxima na corrente sanguínea, sendo, em seguida, distribuído por todo o organismo. Acumula-se principalmente no cérebro, pulmão e rins. Dependendo de alguns fatores, como gênero, peso corporal, temperatura, alimentos ingeridos juntamente com o álcool, provoca prejuízos no desempenho do condutor, como ao frear, mudar de faixa ou tomar uma decisão. A situação pode ocorrer a partir de 0,2 g/l ingerido, o que corresponde, por exemplo, ao consumo de um copo de cerveja. “Com esse nível de alcoolemia o condutor tem o risco dobrado de se envolver em acidentes de trânsito”, explica o especialista.

Campos alerta que, à medida que os níveis de alcoolemia aumentam, há tendência de o condutor não usar o cinto de segurança e ainda dirigir em alta velocidade. “Assim, o risco de envolvimento em acidente fatal para um motorista adulto com concentração de álcool no sangue entre 0,5 e 0,9 g/l é nove vezes mais alto do que o motorista que não fez uso de álcool. Entre motociclistas com esses níveis de alcoolemia o risco é 40 vezes maior”, aponta. Segundo ele, as pesquisas mais recentes têm mostrado que não existe nível de alcoolemia seguro para quem vai dirigir. Foi a situação alarmante que o motivou a desenvolver uma pesquisa para mensurar os efeitos da combinação bebida x volante, antes e depois da aplicação da Lei Seca. Parte dos resultados foi apresentado no simpósio.

Inicialmente desenvolvida em Diadema, no interior de São Paulo, devido aos altos índices de homicídios e criminalidade associados ao uso de bebida alcoólica por lá, a metodologia capaz de sistematizar os efeitos da bebida nos motoristas chegou a Minas quando Valdir Campos resolveu pensar em algo semelhante para o estado. O apoio governamental lhe possibilitou, na ocasião, ir a campo com uma metodologia parecida a que, atualmente, é usada durante as operações da Lei Seca. Foram instalados postos de fiscalização de sobriedade e entrevistados mil motoristas na Região Centro-Sul da capital. Os primeiros resultados assustaram.

TOLERÂNCIA ZERO A pesquisa realizada entre 2005 e 2006, antes da Lei Seca, constatou que 38% dos condutores da Região Centro-Sul de BH dirigiram com algum índice de álcool no sangue. Entre eles, 19% estavam com índices acima do permitido, que era então 0,6 grama de álcool por litro de sangue. Hoje a tolerância é zero. Os dados revelaram também que mais da metade tinha entre 18 e 30 anos. Após a

implantação da Lei Seca, os pesquisadores voltaram às ruas, desta vez para uma nova pesquisa na capital com outros 1.575 entrevistados e ainda para propor um plano amostral no estado, nas dez regiões geográficas, em cidades polo, também com 1.575 pessoas. Os resultados voltaram a chamar atenção. No levantamento feito entre 2005 e 2009, período que coincide com a implantação da nova lei (de 2008), constatou-se que houve redução de 50% dos índices dos que dirigiam alcoolizados nos finais de semana. O estudo, até então inédito, gerou o livro e, segundo Campos, poderá servir, de agora em diante, para orientar a elaboração de políticas públicas e medidas estratégicas de diminuição do número de pessoas que ainda dirigem alcoolizadas em Minas. “A intenção é que os dados não sejam esquecidos no livro. O objetivo é disseminar o conhecimento acadêmico para outros públicos para que possa entender a questão.” Segundo ele, o maior problema em BH foi na Região do Barreiro, onde 27% das pessoas apresentavam teste positivo no bafômetro. A cidade que apresentou os maiores índices em Minas foi em Uberlândia, onde 34% das pessoas dirigiam alcoolizadas.

POLÍTICA PÚBLICA E PREJUÍZO INDIVIDUAL

Diante dos dados, o especialista afirma que a lei é o pontapé inicial para se implementar uma política pública. Mas ainda não é suficiente. Para ele, a fiscalização e, principalmente a punição rápida, é que são medidas efetivas. “Não deveria demorar tanto quanto hoje, pois favorece a impunidade. A lei brasileira é boa, muito rígida, mas a aplicação demora. Se houvesse perda de licença para dirigir com mais rapidez, os resultados seriam rápidos”, sugere.

A maior discussão, quando se pensa em substâncias que causam dependência química, não é, de acordo com Valmir Campos, se é lícita ou não, mas o prejuízo individual e coletivo provocado na sociedade. Outro ponto que o incomoda é como até o governo, é condescendente com drogas, como a bebida. “Estamos prestes a realizar a Copa do Mundo, temos um Estatuto do Torcedor, que proíbe a venda nos estágios. Mesmo assim, o país abriu exceção para a Fifa vender nos estádios atendendo uma indústria que teve rendimento no ano passado maior do que a Petrobras.” E o especialista vai além: “O país abriu mão da soberania para poder vender bebida. Enquanto damos uma nota 10 para a política de prevenção do uso de tabaco, que conseguiu reduzir os índices de pessoas doentes, já em relação à bebida, por causa do lobby intenso das indústrias que migraram para os países em desenvolvimento para persuadir as pessoas por aqui, a nota é três. Em termos de prevenção, estamos ainda na infância”, lamenta.

SERVIÇO

O 7º Simpósio Internacional de Neurociências da UFMG termina amanhã, na capital mineira. Informações: www.7simposioneurociencias.chsd.com.br ou pelo telefone: (31) 3409-2637.